

Editorial

É com satisfação que disponibilizamos à comunidade acadêmica e público interessado o v. 28, n. 52, maio/ago. 2015, da Revista Educação Especial. Nossa revista tem uma circulação internacional e tem sido veículo de informação das pesquisas que movimentam as temáticas: Educação, Educação Especial e Educação Inclusiva. Neste sentido, temos investido muito para que possa chegar em muitos lugares e, para tanto, a algum tempo, a Revista de Educação Especial figura em indexadores internacionais, além da disponibilidade no portal CAPES.

Este número apresenta 17 artigos da demanda contínua, agregando temáticas variadas que evidenciam o crescimento da área e o adensamento do conhecimento produzido.

O artigo intitulado **O paradigma da inclusão como utopia na perspectiva freiriana**, de Luciana Pacheco Marques e Anderson dos Santos Romualdo, constitui um recorte do pensamento de Paulo Freire e busca analisar a sua contribuição para com o processo de ruptura com as práticas excludentes rumo à inclusão. Segundo os autores: “Um dos mais ricos e importantes legados deixados por Paulo Freire para a sociedade dos nossos dias: o respeito pelos seres humanos no que eles têm de mais valioso, a sua humanidade”.

As autoras Maria das Graças Soares Siqueira e Fernanda Aguilera, no artigo intitulado **Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura**, apresentam um estudo da inclusão escolar na legislação brasileira, verificando no cotidiano das instituições de ensino regular, particulares e públicas certa dificuldade em lidar com a adequação às demandas dos alunos especiais. Como resultado, verificaram que de 2005 para cá houve uma crescente produção de trabalhos interventivos voltados para educação inclusiva, predominantemente na área da Psicologia. Tais resultados sugerem lacunas na produção científica, voltadas à apresentação de modelos inclusivos mais amplos, com a participação do psicólogo.

Discurso e mídia: construção de concepções da pessoa com deficiência intelectual em propagandas, de autoria de Carla Maria de Schipper e Denise Gabriel Witzel, apresenta estudo com o intuito de compreender o trabalho da linguagem com relação à construção de concepções de Deficiência Intelectual na contemporaneidade e a gênese discursiva dessas, a partir da análise do discurso de propagandas veiculadas por uma instituição de educação especial no período de 1980 a 2009. Nos discursos enunciados, as autoras observaram estratégias de internalização de papéis sociais voltados à inclusão educacional, mas, no interdiscurso, revelaram discursos outros, que sedimentam antigos paradigmas da medicalização e do trabalho como missão.

O artigo intitulado **O ensino e a aprendizagem da criança com paralisia cerebral: ações pedagógicas possíveis no processo de alfabetização**, de Marco Antonio Melo Franco e Leonor Bezerra Guerra, teve por objetivo investigar e analisar a interlocução entre os saberes de profissionais da reabilitação e de educadores na

construção e elaboração de estratégias pedagógicas no ensino da criança com paralisia cerebral. Como resultados, os autores identificaram mudanças conceituais da professora em relação ao processo de inclusão e sobre a paralisia cerebral. Identificaram, também, alterações na prática pedagógica do professor e a construção de novas estratégias, a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo das interlocuções.

As autoras Juliana Pêgas Costa, Celeste Azulay Kelman e Adriana Ramos Silva Góes, no artigo intitulado **Inclusão de alunos com implante coclear: a visão dos professores**, abordam a educação dos alunos surdos submetidos à cirurgia de implante coclear, matriculados em escolas públicas do Município do Rio de Janeiro. Os resultados mostraram que alguns dos alunos implantados também frequentam a sala de recursos, aprendendo a Língua de Sinais. Alguns deles, inclusive, têm a preferência pelo uso dessa língua.

O artigo **A criança com deficiência visual em situações de brincadeiras na Educação Infantil**, de Keuri Costa Carvalhais da Rocha e Erica Aparecida Garruti-Lourenço, foi resultado de uma pesquisa que investigou a participação da criança com deficiência visual em contextos de brincadeiras na Educação Infantil. Pautou-se na perspectiva histórico-cultural de desenvolvimento humano, de Vigotski. O estudo se efetivou em uma creche de um município da Região Metropolitana da cidade de São Paulo em uma turma de maternal, em que havia uma criança cega matriculada. Os resultados revelaram: que a criança com deficiência visual se utiliza dos seus sentidos remanescentes nos contextos de brincadeiras; a importância de se trabalhar a orientação e mobilidade desde os anos iniciais; e, além disso, a necessidade da atuação do educador como mediador nas situações de brincadeiras para que se potencialize o desenvolvimento integral da criança e principalmente a sua linguagem.

Ana Dorziat, em seu texto **Educação de surdos em tempos de inclusão**, revela que há uma simplificação de conceitos sobre o tema, contribuindo para a permanência de práticas educativas colonialistas. A partir dessa constatação, elaborou esse texto com foco na Língua de Sinais, trazendo algumas situações observadas em escolas inclusivas, com o objetivo de desocultar as intenções subliminares à inclusão na política e prática educacional, as quais, segundo a autora, criam expectativas de uma escola ideal sem por em questão a escola real, que, por estar a serviço do mercado, inaugura novos mecanismos de exclusão e discriminação sob o discurso da igualdade e da tolerância.

O artigo intitulado **Esportes surdos na constituição do ser social: uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental**, de Marco Aurélio Rocha Di Franco, Simone dos Santos Paludo e Tatiana Bolivar Lebedeff, apresenta a inclusão social dos surdos como um complexo fenômeno que engloba questões de cunho moral, conceitual, legal, entre outros. Com o objetivo de evidenciar o papel do esporte como ferramenta de socialização e de construção de identidade surda e indicar que os esportes são um motivo e meio de inserção e de modificação das relações político-sociais dos surdos no Brasil.

Luiz Renato Martins Rocha, Alexandra Renata Moretti, Priscila Carozza Frason Costa e Fabiano Gonçalves Costa, no artigo intitulado **Educação de surdos: relato de uma experiência inclusiva para o ensino de ciências e biologia**, apresentam a eficácia de recursos didáticos diferenciados aplicados nas aulas de Ciências e Biologia para o ensino de alunos surdos. Segundo os autores, os resultados foram positivos, demonstrando as vantagens de se utilizar os recursos didáticos diferenciados aplicados aos conteúdos de biologia celular e histologia para o ensino de alunos surdos. Destacam a confecção de modelos com massa de modelar pelos alunos surdos ao final da sequência das aulas, o que caracterizou a compreensão dos conceitos. Ressaltam, também, a importância de um intérprete de Libras em sala de aula e os investimentos na capacitação de professores para atuar com estes alunos.

As professoras da sala comum e seus dizeres: atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais, artigo de autoria de Andréia Heiderscheidt Fuck e Aliciene Fusca Machado Cordeiro, apresenta os dizeres das professoras da Sala Comum sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Tem como objetivo principal investigar o que as professoras sabem e esperam deste atendimento no contexto escolar. Os resultados indicam que as professoras da Sala Comum sabem que o AEE, nas SRM, destina-se aos alunos público-alvo da Educação Especial e tem como um dos objetivos disponibilizar recursos e adaptações, porém, esperam que este possa eliminar as necessidades/dificuldades dos estudantes para desenvolver a aprendizagem, mas que, no entanto, ainda há insuficiência de troca/parceria entre as professoras da SRM e da Sala Comum.

Valdelúcia Alves da Costa escreve sobre **Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica**, com o objetivo de problematizar a formação de professores e sua relação com a educação inclusiva, ao mesmo tempo em que analisa os desafios à experiência teórica na práxis pedagógica inclusiva. Segundo a autora, essa práxis pedagógica banaliza e/ou nega a demanda humana por uma formação teórica, que possibilite tanto o pensar quanto a atuação político-investigativa contrária à segregação de alunos com deficiência na escola pública e nas demais instâncias sociais. Admitir essa perspectiva formativa, pela experiência teórica, contribuirá na humanização dos professores e dos alunos, com e sem deficiência, ao se contrapor à dominação e à inconsciência social, marcas da sociedade de classes, presentes na escola pública.

No artigo intitulado **Perfil dos professores do ensino fundamental de uma rede pública sobre transtornos de aprendizagem**, de Andréa Carla Machado, Karina Kelly Borges, Maria Piedade Resende da Costa e Maria Amelia Almeida, as autoras propõem identificar o saber daquele que atua diretamente com o aluno, o professor, por considerá-lo um personagem importante no processo de identificação de alunos com transtornos de aprendizagem. Assim, o objetivo foi verificar e analisar o conhecimento do professor quanto ao transtorno de aprendizagem. Foram observados três grupos de professores, aqueles que apresentam conhecimento, aqueles que apresentam conhecimento parcial e os que desconhecem o assunto. As autoras con-

cluem chamando atenção para a realização de projetos de formação para a prática de leitura do professor, onde se discutam as suas atitudes afetivas, experiências pessoais e pedagógicas, as concepções que ele tem sobre os transtornos de aprendizagem, suas características e construção de programas para que possam motivar o aluno para a aprendizagem.

Martha Morais Minatel e Thelma Simões Matsukura, no artigo intitulado **Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar**, resgatam as Leis e diretrizes que respaldam ações direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. O texto identifica, sob a ótica de famílias de crianças e adolescentes com autismo, as experiências no contexto escolar vivenciadas pelos mesmos junto a escolas regulares e especiais. As autoras observaram que as preocupações das famílias voltam-se para questões do cuidado, aceitação e respeito a seus filhos. Consideram que as famílias vivenciaram um cotidiano marcado por dificuldades e preocupações no processo de inclusão escolar, no que diz respeito aos direitos, ao cuidado e ao preparo da escola em receber essa população; destacaram a vivência do preconceito e da discriminação. Acredita-se que este artigo traz contribuições para a ampliação do conhecimento da realidade vivida por famílias de pessoas com autismo.

O artigo **Percepção dos pais em relação à inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular**, de Elisabete Matos Freitas, Luísa Novais Arroja, Paula Magalhães Ribeiro e Paulo César Dias, trata do papel dos pais no processo de inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, seja no apoio familiar, desmontando mitos e criando um contexto favorável à experiência e à proximidade. O objetivo deste trabalho foi conhecer as percepções dos pais relativamente à inclusão, assim como os fatores que as influenciam. A conclusão dos autores é que pais com atitudes mais favoráveis à inclusão tendem a ser os mais novos, que tiveram proximidade/contato com criança NEE. Os resultados são discutidos em função da literatura.

Manuela Sofia Fuste Lapa e Catarina Tomás Almeida escrevem o artigo que leva o título de **Participação das crianças em intervenção precoce: representações sociais de técnicas e famílias**, o objetivo do estudo foi caracterizar as representações sociais de técnicas e de famílias sobre as crianças e os seus direitos, com especial enfoque na participação em processos de intervenção precoce (IP). Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma investigação de natureza qualitativa, centrada num estudo de caso realizado no distrito de Setúbal, em Portugal. É explícito, nos discursos das entrevistadas, a dificuldade em concretizar a participação das crianças em práticas de IP. Esta investigação procurou, a partir de complementaridades produtivas entre diferentes saberes e perspectivas, centrar-se na dimensão dos direitos de participação das crianças com deficiência ou risco de desenvolvimento, contribuindo para repensar e aumentar espaços que promovam e garantam efetivamente os direitos das crianças.

A química orgânica acessibilizada por meio de kits de modelo molecular adaptados, artigo de autoria de Renata Cardoso de Sá Ribeiro Razuck e Washington

de Oliveira Neto, demonstra que, de acordo com o censo escolar 2013, havia cerca de 360 alunos com deficiência visual matriculados em instituições públicas de ensino apenas na capital do país. Considerando que esta estatística referia-se a apenas uma única unidade da federação. Os autores alertam para o fato de que há uma crescente demanda para o Ensino de Química acessibilizado – termo que, embora não conste no dicionário, é perfeito para representar a ponte que pode ligar a falta de visão ao farto conhecimento químico. Esse trabalho propõe a elaboração de kits de modelos moleculares texturizados, visando estimular o aprendizado de todos (videntes, baixa visão e cegos).

Por fim, o artigo intitulado **Levanta-te e anda! Duas palavras sobre o passado, o presente e o futuro dos deficientes na África**, de João Vicente Ganzarolli de Oliveira e Carmelino Souza Vieira, levanta vários questionamentos, tais como: Por que há tantas crianças cegas em Ruanda? Por que a deficiência é ainda hoje um flagelo e um estigma em terras africanas? Qual será o legado desta geração para o deficiente do ano 2050, quando a população da Terra deverá atingir a cifra de dez bilhões? Este artigo concentra-se na atuação de missionários europeus e do seu esforço para combater a deficiência na África. Segundo os autores, “Deixando de lado os clichês e a correção política, é-se obrigado a admitir que a presença ocidental na África tem trazido benefícios vitais não só para os deficientes, mas para a população africana em geral”.

Desejando uma proveitosa leitura, agradecemos a confiança dos autores que submeteram seus textos, bem como aos colaboradores deste número.

Soraia Napoleão Freitas
Editora